

Amor fati e a posição do sujeito diante do que não escolheu: alcance e limites de uma aproximação entre Nietzsche e a psicanálise

Amor fati and the subject's position before what was not chosen: scope and limits of an approximation between Nietzsche and psychoanalysis

Viviane Nascimento de Carvalho Freitas

Psicanalista clínica, Brasil.

PUBLICADO 30 ABR 2026

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

Este artigo examina a fórmula nietzschiana do *amor fati* e interroga em que plano ela pode ser aproximada da posição que a psicanálise atribui ao sujeito diante daquilo que não escolheu. O percurso reconstitui a formulação da fórmula em *A gaia ciência*, em *Ecce homo* e em *Nietzsche contra Wagner*, mostra sua dependência da hipótese do eterno retorno e a distingue das noções com que é correntemente confundida — resignação, conformismo, otimismo e aceitação passiva do sofrimento —, lembrando que Nietzsche a opõe explicitamente ao ressentimento. Em seguida, reconstitui três operações psicanalíticas convocadas pela literatura que faz a aproximação: a elaboração do luto em Freud, a insistência da repetição para além do princípio do prazer e a ética do desejo formulada por Lacan no *Seminário 7*. Sustenta-se que a aproximação não se sustenta no plano da equivalência conceitual — afirmar o necessário não é elaborar a perda, não é assumir a castração e não é o não ceder de seu desejo —, mas se sustenta no plano formal da posição do sujeito diante do que lhe foi imposto e não escolhido. Argumenta-se, por fim, que transformar a fórmula em prescrição terapêutica psicologiza a filosofia e empobrece ambos os campos.

Palavras-chave: amor fati; Nietzsche; psicanálise; desejo; afirmação.

ABSTRACT

This article examines the Nietzschean formula of *amor fati* and asks on what plane it may be brought close to the position psychoanalysis assigns to the subject before what was not chosen. The argument reconstitutes the formula in *The Gay Science*, *Ecce Homo* and *Nietzsche contra Wagner*, shows its dependence on the hypothesis of eternal recurrence, and distinguishes it from the notions with which it is commonly confused — resignation, conformism, optimism and passive acceptance of suffering — recalling that Nietzsche explicitly opposes it to *ressentiment*. It then reconstitutes three psychoanalytic operations invoked by the literature that makes this approximation: the work of mourning in Freud, the insistence of repetition beyond the pleasure principle, and the ethics of desire formulated by Lacan in *Seminar 7*. It is argued that the approximation does not hold on the plane of conceptual equivalence — affirming the necessary is neither working through loss, nor assuming castration, nor the Lacanian refusal to give way on one's desire — but does hold on the formal plane of the subject's position before what was imposed and not chosen. Finally, it is argued that turning the formula into a therapeutic prescription psychologises philosophy and impoverishes both fields.

Keywords: amor fati; Nietzsche; psychoanalysis; desire; affirmation.

1 Introdução

Há uma fórmula de Nietzsche que circula com facilidade incomum fora da filosofia. *Amor fati* — amor ao destino — aparece em epígrafes, em literatura de autoajuda e, com frequência crescente, em textos que a oferecem à clí-

nica como orientação. Essa facilidade é, ela própria, um problema: o que torna a fórmula atrativa à divulgação é exatamente o que a desfigura — a possibilidade de lê-la como convite à aceitação serena do que não se pode mudar.

Essa leitura é falsa, e o presente artigo parte de sua recusa. Em Nietzsche, *amor fati* não nomeia resignação, conformismo nem tolerância ao sofrimento. Nomeia uma afirmação — e uma afirmação cuja medida é severa, posto que se mede pela hipótese do eterno retorno. Não se trata de suportar o necessário; trata-se de querê-lo, e de querê-lo de tal modo que sua repetição infinita não constitua objeção.

Fixado esse ponto, abre-se a questão que organiza o trabalho. A psicanálise também se ocupa, desde sua fundação, daquilo que o sujeito não escolheu: a história que o precede, o corpo que lhe coube, as perdas que sofreu, a estrutura do desejo que o constitui. Há aí mais do que coincidência temática? E se há, em que plano a aproximação se sustenta?

A hipótese defendida é dupla. Primeiro: a aproximação não se sustenta no plano da equivalência conceitual. Afirmar o necessário, no sentido nietzschiano, não é elaborar a perda no sentido freudiano, não é assumir a castração no sentido lacaniano, e não é o não ceder de seu desejo que Lacan enuncia no *Seminário 7*; cada operação tem economia própria, e sobrepô-las produz um discurso que parece profundo e não é verificável. Segundo: a aproximação sustenta-se, legitimamente, em outro plano — o da *posição* do sujeito diante do que lhe foi imposto e não escolhido. Trata-se de homologia formal, não de identidade de conteúdo, e é a explicitação dessa fronteira que a torna defensável em vez de impressionista.

Convém antecipar o que o artigo recusa. Não se propõe que o *amor fati* seja técnica, objetivo de tratamento ou conselho a transmitir ao analisando. A fórmula não é prescritiva, e tratá-la como tal empobreceria ambos os campos: a filosofia, reduzida a slogan motivacional; a psicanálise, substituída por uma pedagogia da aceitação.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual. Não houve coleta de dados empíricos, observação clínica sistemática, entrevista, aplicação de instrumentos ou acesso a registros de atendimento. O artigo não reporta pesquisa com seres humanos, não apresenta

vinhetas clínicas e não produz, portanto, achados de campo.

O corpus primário filosófico reúne os textos em que a fórmula *amor fati* e a hipótese do eterno retorno recebem formulação explícita: *A gaia ciência*, sobretudo o aforismo 276, que abre o livro quarto, e o aforismo 341, em que o eterno retorno é enunciado; *Assim falou Zaratustra*, onde a hipótese é desenvolvida em registro narrativo; *Ecce homo*, em cuja seção *Por que sou tão inteligente* a fórmula é apresentada como medida da grandeza humana; e *Nietzsche contra Wagner*, onde ela reaparece em registro retrospectivo. *A Genealogia da moral*, em especial a primeira dissertação, foi mobilizada para estabelecer a oposição entre afirmação e ressentimento.

O corpus primário psicanalítico reúne, em Freud, *Recordar, repetir e elaborar* (1914), *Luto e melancolia* (1917), *Além do princípio do prazer* (1920), *O mal-estar na civilização* (1930) e *Análise terminável e interminável* (1937); em Lacan, o *Seminário, livro 7: a ética da psicanálise* (1959-1960), o *Seminário, livro 11* (1964), no que concerne à travessia do fantasma, e o escrito *Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano* (1960). O *Vocabulário da psicanálise* foi utilizado como instrumento de controle terminológico.

Como corpus secundário, recorreu-se à literatura de comentário filosófico em edição de referência e a obras sobre o mal-estar contemporâneo. Excluíram-se materiais de divulgação, repositórios de citações, enciclopédias colaborativas e portais de conteúdo — exclusão particularmente necessária neste tema, dada a ampla circulação de sentenças apócrifas atribuídas a Nietzsche.

O procedimento consistiu em três movimentos: reconstituição de cada noção em sua obra de origem; teste das equivalências correntemente propostas entre as noções filosóficas e as psicanalíticas, com identificação do ponto em que cada uma falha; e delimitação do plano residual em que a aproximação se sustenta depois de descartadas as equivalências falsas.

3 Amor fati: o que a fórmula afirma

3.1 Do necessário ao belo

A fórmula aparece pela primeira vez no aforismo que abre o livro quarto de *A gaia ciência*, escrito em registro de voto para o ano que começa. Nietzsche formula ali um desejo preciso: aprender a ver como belo aquilo que é necessário, de modo a tornar-se um daqueles que tornam as

coisas belas. A conclusão nomeia a disposição: *amor fati* — que seja, de agora em diante, seu amor.

A construção contém todo o argumento posterior. O que está em jogo não é um juízo sobre o mundo, mas uma transformação do olhar que o apreende: Nietzsche não afirma que o necessário *seja* belo, afirma querer aprender a vê-lo assim. A operação é ativa, e seu resultado é produzido, não constatado. Isso basta para separar a fórmula de qualquer fatalismo — o fatalismo constata que nada pode ser mudado e daí extrai a suspensão do querer, enquanto o *amor fati* parte da mesma constatação e dela extrai a exigência de um querer mais intenso, dirigido não ao que poderia ter sido, mas ao que é.

Há, além disso, uma recusa embutida na formulação. Ao enunciar o que quer aprender, Nietzsche enuncia o que recusa: a guerra contra o feio, a acusação dirigida aos acusadores, o combate travado em terreno escolhido pelo adversário. A disposição afirmativa não se define por aquilo a que se opõe — e é aí que se torna inassimilável ao ressentimento.

3.2 O eterno retorno como medida

A fórmula permaneceria vaga sem um critério, e o critério é fornecido no aforismo 341 do mesmo livro, onde o eterno retorno é apresentado em forma de experimento mental: um demônio anuncia ao sujeito que a vida que vive terá de ser vivida de novo, inumeráveis vezes, sem nada de novo, cada dor e cada alegria na mesma sequência. A pergunta que se segue não é teórica, e sim existencial: a reação a esse anúncio seria de esmagamento ou de exaltação?

A função do experimento é a de uma prova. O eterno retorno não comparece como tese cosmológica a demonstrar, mas como instrumento de pesagem de uma vida, e é ele que confere rigor à fórmula: amar o destino significa poder querer sua repetição integral, sem subtração. *Ecce homo*, na seção *Por que sou tão inteligente*, explicita essa severidade ao apresentar o *amor fati* como fórmula da grandeza humana — nada querer diferente, nem para trás nem para a frente, não apenas suportar o necessário, mas amá-lo. A mesma disposição reaparece, em registro retrospectivo, em *Nietzsche contra Wagner*.

O desenvolvimento narrativo da hipótese, em *Assim falou Zaratustra*, acrescenta um dado relevante: o pensamento do eterno retorno é ali apresentado como aquilo que Zaratustra tem maior dificuldade em sustentar, e não como consolo. A dificuldade é interna ao conceito — querer a

repetição integral é querer também o que foi insuportável, e nada atenua esse custo.

3.3 O que a fórmula não é

Três confusões recorrentes merecem desfazimento explícito, porque são elas que sustentam a maior parte das transposições apressadas.

A primeira é a confusão com a **resignação**. Resignar-se é renunciar ao querer diante do que não se pode alterar. Em Nietzsche a operação é inversa: o querer não é suspenso, é redirecionado para aquilo que é. A diferença não é de grau, e sim de direção.

A segunda é a confusão com o **otimismo**. O otimismo afirma que o sofrimento tem finalidade, compensação ou sentido redentor: é teodiceia secularizada. Nietzsche recusa essa operação em nome do trágico — o valor da existência não depende de que a dor seja justificada. A afirmação incide sobre a vida tal como é, inclusive no que ela tem de injustificável, e por isso não se converte em promessa.

A terceira, e mais decisiva, é a confusão com a **aceitação passiva do sofrimento**. O contraste útil vem da própria obra de Nietzsche: na primeira dissertação da *Genealogia da moral*, o ressentimento é descrito como a posição daquele que, incapaz de reagir ativamente, produz valores a partir da negação do outro — criação, mas reativa, cuja matéria é o rancor. O *amor fati* é o avesso exato dessa posição, não porque suporte melhor o sofrido, mas porque não constitui sua identidade a partir do agravo. A oposição relevante, portanto, não é entre aceitar e recusar o sofrimento, mas entre definir-se pelo que se afirma e definir-se pelo que se acusa.

4 A psicanálise diante do que não se escolheu

4.1 A elaboração da perda

Em *Luto e melancolia*, Freud descreve o trabalho de luto como processo pelo qual a libido investida num objeto perdido é progressivamente retirada dele e tornada disponível para novos investimentos — processo custoso, demorado e resistido, em que a realidade da perda é verificada ponto por ponto, cada verificação acompanhada de dor. A melancolia, por contraste, descreve o que ocorre quando essa retirada não se completa e o objeto é incorporado ao eu, que passa a dirigir contra si as acusações que caberiam ao objeto.

Dois traços dessa descrição importam ao argumento. O primeiro é que a elaboração do luto tem por operação a *desinvestidura*: trata-se de desligar o que estava ligado. O segundo é que o processo visa a restituir a capacidade de investir, não a reconciliar o sujeito com a perda. Nada em Freud sugere que o luto bem conduzido produza amor pelo que foi perdido — o que produz é liberdade libidinal em relação a ele. Já em *Recordar, repetir e elaborar*, a *Durcharbeitung* nomeia outra coisa: o trabalho, lento porque feito contra a resistência, pelo qual o sujeito reconhece como próprio aquilo que repetia sem reconhecer. Também aqui a operação é de transformação da relação com o material, não de adesão a ele.

4.2 A insistência da repetição

A introdução, em *Além do princípio do prazer*, da compulsão à repetição altera o quadro. Freud se vê diante de fenômenos — sonhos traumáticos, repetição de situações penosas, reações terapêuticas negativas — que não se explicam pela busca de satisfação: algo no aparelho psíquico insiste em retornar ao que foi doloroso, e esse retorno não produz prazer nem elaboração. Em *Análise terminável e interminável*, o reconhecimento é levado às últimas consequências: há um resto que a análise não dissolve, e a honestidade do método exige dizê-lo. É nesse ponto — e apenas nele — que uma proximidade formal com o problema nietzschiano começa a se desenhar: em ambos os campos, está posta a questão do que fazer com aquilo que não cede.

4.3 A ética do desejo

Lacan formula, no *Seminário 7*, a ética da psicanálise em termos que a distinguem de qualquer moral do bem-estar: a análise não visa à adaptação, à felicidade nem à supressão do sintoma, e a questão que coloca ao sujeito é a de sua relação com o próprio desejo. A fórmula que condensa essa posição — não ceder de seu desejo — não enuncia imperativo de realização, e sim advertência: ceder é a operação pela qual o sujeito se afasta do que o determina em troca de algum bem.

No mesmo seminário, a noção de *das Ding* nomeia aquilo em torno do que o desejo se organiza sem jamais alcançá-

lo, e a leitura de *Antígona* fornece a figura de uma posição sustentada até o limite. Em *Subversão do sujeito e dialética do desejo*, a articulação recebe formulação condensada: é a falta que causa o desejo, e não um obstáculo a removê-la.

Convém registrar uma precisão terminológica que a literatura de aproximação costuma perder. A castração, no léxico psicanalítico, não é objeto de desejo: é a operação estrutural que institui o desejo como tal. A expressão desejar a própria castração, corrente em textos de interface, é portanto imprecisa — não se deseja a condição que torna o desejo possível, assim como não se escolhe a língua em que se fala. O que a clínica registra é outra coisa: a passagem de uma posição de queixa quanto à falta a uma posição em que a falta é assumida como condição de um desejo próprio. A travessia do fantasma nomeia essa mudança, e cabe notar que pertence ao *Seminário 11*, não aos *Escritos*.

5 A fronteira: em que plano a aproximação se sustenta

5.1 Três equivalências que não se sustentam

Posto o material, as equivalências habitualmente propostas podem ser testadas. Nenhuma resiste ao exame.

A primeira equivale *amor fati* a **elaboração do luto**. Falha porque os vetores são opostos: o luto desliga a libido do objeto perdido, ao passo que a afirmação nietzschiana consiste em querer integralmente o que foi, perda inclusive. Um luto que terminasse em amor pela perda não seria luto concluído, e sim seu impedimento.

A segunda equivale *amor fati* a **assunção da castração**. Falha por erro de categoria: a castração é operação estrutural, e o destino de que Nietzsche fala é biográfico — a sequência efetiva dos acontecimentos de uma vida. A terceira equivale *amor fati* ao **não ceder de seu desejo**. Falha porque a fórmula lacaniana adverte sobre uma posição em relação ao desejo, e não prescreve uma atitude diante do acontecido: um sujeito pode não ceder de seu desejo e permanecer em litígio com sua história.

5.2 O plano em que a aproximação se sustenta

NOÇÃO	OPERAÇÃO QUE A DEFINE	EQUIVALÊNCIA PROPOSTA	ONDE A EQUIVALÊNCIA FALHA
Amor fati	Querer o necessário, medido pela prova — do eterno retorno		Não é resignação, otimismo nem tolerância ao sofrimento
Luto	Desinvestir a libido do objeto perdido (Freud, 1917)	Amar o destino = elaborar a perda	Vetores opostos: um desliga, o outro quer integralmente
Castração	Operação estrutural que institui o desejo	Amar o destino = assumir a castração	Erro de categoria: estrutura não é biografia
Desejo	Não ceder quanto ao que determina o sujeito (Lacan, 1959-60)	Amar o destino = não ceder de seu desejo	Não ceder é compatível com litígio com a própria história

Tabela 1 — Teste das equivalências entre a fórmula nietzschiana e noções psicanalíticas. A quarta coluna registra a razão da falha, e não uma objeção às noções em si.

Descartadas as equivalências de conteúdo, resta uma afinidade que é preciso enunciar com cuidado, porque é nela que o argumento se decide. Nietzsche e a psicanálise encontram-se não no que dizem sobre o destino, mas na estrutura do problema que formulam. Ambos partem de que o sujeito é determinado por aquilo que não escolheu — a história, o corpo, os acasos, a estrutura do desejo —, e ambos recusam tanto a queixa quanto a submissão como respostas a essa determinação. O que fica, nos dois casos, é a exigência de uma posição: assumir como própria uma determinação de que não se é autor.

Trata-se de homologia formal, não de identidade. Os conteúdos permanecem distintos: o que em Nietzsche é afirmação de uma vida em sua totalidade é, na análise, deslocamento da posição subjetiva em relação ao que insiste; o critério de Nietzsche é a prova do eterno retorno, o da análise é o que se produz na transferência. Mas a forma do problema é a mesma.

Decorrem daí duas consequências. A primeira concerne ao estatuto da fórmula: o *amor fati* pode funcionar como figura do pensamento — um modo de nomear a diferença entre uma posição de litígio e uma posição de assunção — e não como operador técnico. Uma figura não se aplica; ilumina ou não ilumina o que está em questão.

A segunda concerne ao que a aproximação proíbe. Convertê-la em prescrição terapêutica reduziria, do lado da filosofia, um argumento sobre o valor da existência a técnica de bem-estar, e instalaria, do lado da psicanálise, um imperativo de aceitação no lugar da escuta. Há ainda um risco clínico específico: dirigir a um sujeito em sofrimento a exigência de amar o que lhe aconteceu é, na prática, injunção moral — e injunções morais, na clínica, operam como silenciamento. O valor da fórmula, se o tem, está em descrever uma posição eventualmente alcançada, jamais em prescrevê-la.

6 O mal-estar contemporâneo e o uso apressado da fórmula

A delimitação proposta extrapola a discussão conceitual, porque é na leitura do mal-estar contemporâneo que o uso apressado da fórmula se tornou mais frequente. O diagnóstico de partida é freudiano. Em *O mal-estar na civilização*, Freud sustenta que a renúncia pulsional exigida pela vida em comum produz um desconforto que nenhuma reforma social elimina: o mal-estar não é disfunção, é preço. O argumento permanece operante na discussão sobre a cultura do desempenho, em que a exigência de autossuperação é descrita como produtora de esgotamento, e sobre a circulação social dos afetos e do desamparo.

Diante desse quadro, é compreensível que a fórmula nietzschiana pareça oferecer uma via de resistência: contra o imperativo de positividade, a afirmação do que é; contra a medicalização do sofrimento, o reconhecimento de que a dor integra a existência. A intuição não é errada. Mas é aqui que a cautela se impõe com mais força, porque a cultura que produz o imperativo de desempenho é também a que melhor absorve discursos de aceitação. Uma fórmula que ensine o sujeito a amar as condições em que vive é assimilável por um discurso que delega ao indivíduo a responsabilidade por circunstâncias que não produziu. Assim traduzido, o *amor fati* não resiste a nada: torna-se instrumento de adaptação — precisamente o que o argumento nietzschiano e a ética lacaniana recusam.

Uma distinção decide, portanto, o uso. Uma coisa é afirmar o necessário em sentido estrito: o que já aconteceu, o que não poderia ter sido de outro modo, a condição falta do desejo. Outra é tratar como necessário o que é contingente e socialmente produzido — a precariedade, a sobrecarga, a violência sofrida. A primeira operação é a nietzschiana; a segunda é sua falsificação, de consequências políticas. Nenhum argumento sobre o destino autoriza a

naturalização do que poderia ser diferente, e a fórmula empregada sem essa distinção converte filosofia trágica em conformismo administrado.

Considerações finais

O percurso permite enunciar três conclusões de alcance distinto.

A primeira é conceitual. *Amor fati* não nomeia resignação, otimismo nem aceitação passiva do sofrimento. Nomeia uma afirmação cujo critério é a prova do eterno retorno e cujo avesso é o ressentimento. Qualquer uso da fórmula que dispense esse critério está usando a expressão, não o conceito.

A segunda concerne à fronteira entre os campos. A aproximação não se sustenta no plano da equivalência: afirmar o necessário não é elaborar a perda, não é assumir a castidade e não é o não ceder de seu desejo. Sustenta-se, sim, no plano formal da posição do sujeito diante do que não escolheu — e reconhecer essa restrição é o que a torna sustentável.

A terceira é prática e negativa. O *amor fati* não é operador clínico, meta de análise nem conselho terapêutico. Sua utilidade é a de uma figura que permite nomear uma diferença de posição; convertê-la em prescrição psicologiza a filosofia, moraliza a clínica e produz um discurso de adaptação indistinguível daquele a que pretendia resistir.

Permanece aberta uma agenda. Nada do que aqui se afirmou foi submetido a verificação empírica, e nada o poderia ser nos termos em que foi formulado: trata-se de delimitação conceitual. Uma investigação sobre os efeitos clínicos do emprego de figuras filosóficas na condução de tratamentos exigiria desenho metodológico próprio, enquadre ético explícito e consentimento documentado. Enquanto não se realiza, convém enunciar as proposições deste artigo pelo que são: distinções conceitualmente sustentadas, não resultados.

Declarações

Conflito de interesses. A autora declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. Não foi utilizada inteligência artificial generativa na concepção, na redação ou na análise do conteúdo deste artigo.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da Interapia. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

- BIRMAN, J. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar (1914). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 163-171.
- FREUD, S. Luto e melancolia (1917). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 245-263.
- FREUD, S. Além do princípio do prazer (1920). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 13-75.
- FREUD, S. O mal-estar na civilização (1930). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 67-148.
- FREUD, S. Análise terminável e interminável (1937). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 23. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 225-270.
- HAN, B.-C. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- LACAN, J. *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise (1959-1960)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- LACAN, J. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LACAN, J. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano (1960). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 807-842.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MARTON, S. *Nietzsche: das forças cósmicas aos valores humanos*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- NIETZSCHE, F. *O caso Wagner: um problema para músicos; Nietzsche contra Wagner: dossiê de um psicólogo*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- NIETZSCHE, F. *A gaia ciência*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NIETZSCHE, F. *Ecce homo: como alguém se torna o que é*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NIETZSCHE, F. *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAFATLE, V. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

COMO CITAR

FREITAS, V. N. C. Amor fati e a posição do sujeito diante do que não escolheu: alcance e limites de uma aproximação entre Nietzsche e a psicanálise. *Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais*, v. 4, n. 1, p. 57-64, 2026.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.